

ACTA Nº19

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça realizada, no dia 29 de Abril de 2008.

Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e oito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu em Sessão Ordinária no Auditório, da Câmara Municipal de Alpiarça, com a presença dos membros: Joaquim Augusto Palhoto Pais de Azevedo, Paulo Francisco de Mello Espírito Santo, Vitória Maria de Faria Brito, João Pedro Antunes Osório, Anabela Feliciano Costa, Maria Leonor Covão Tendeiro, Fernando Manuel Neves Pereira Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Maria de Fátima Pedro Carvalho Guerra Rodrigues, Pedro Miguel Santiago Gaspar, João Manuel de Jesus Brito, Carlos Alberto das Neves Cotrim, Inês de Nóbrega Pimenta D'Aguiar, Carla Margarida Raposo, João Vasco Peixinho e José João Marques Pais.

O Presidente da mesa deu início à sessão, passando de imediato à discussão e à votação da Acta nº 16, de trinta de Novembro de 2007.

A Acta nº16 foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor e 2 abstenções.

A votação da Acta nº17 foi suspensa para ser posteriormente ouvida e rectificada.

O Presidente da mesa pediu que fizessem chegar, por escrito, as alterações sugeridas.

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da mesa informou que estavam duas moções na mesa, uma sobre o 25 de Abril e a outra sobre o 1º de Maio, apresentadas pelo membro José João Marques Pais, em nome da bancada do PS (anexas).

O Presidente da mesa deu a palavra ao membro José João Marques Pais, para ler as duas moções.

A membro Anabela Costa interveio, para ler uma moção sobre o 1º de Maio em nome da bancada da CDU.

A membro Vitória de Brito interveio, para ler uma saudação ao 25 de Abril, em nome da bancada da CDU.

O Presidente da mesa sugeriu, que a moção e a saudação relativa ao 25 de Abril e a moção relativa ao 1º de Maio fossem votadas em alternância.

Em primeiro lugar, seria: votar a moção proposta pela bancada do PS, relativa ao 25 de Abril.

O membro João Osório interveio, para perguntar o porquê das moções serem votadas em alternância.

O membro Paulo Espírito Santo interveio, referindo "são duas moções que votam sobre o mesmo assunto, e que vão reflectir depois de aprovadas, não são a posição de cada um de nós, a posição de cada um dos grupos, mas a posição global da Assembleia, tanto que a nossa, não diz o PS, diz a Assembleia Municipal, a posição da Assembleia tem que ser votada, e se aparecem duas coisas, a posição da Assembleia não se pode rever em dois documentos, que poderão ser, nalguns aspectos, até antagónicos, existem alguns aspectos dentro dessa moção, (da CDU) que são manifestamente antagónicos com a nossa, não reflectem o mesmo ponto de vista, não reflectem o mesmo conceito de saudação de uma data, mas sim para atingir outros fins, a nossa, é para saudar as datas, para homenagear as datas, e não para fazer politica partidária acerca de cada uma delas."

Realçou que, " não pertence a ninguém nem o 25 de Abril, nem o 1º de Maio, temos duas moções que são partidariamente limpas, para poderem ser votadas por uma Assembleia, como o Senhor Presidente entendeu, nós fazemos a mesma leitura, são duas moções sobre o mesmo assunto, deverão ser votadas em alternativa."

O Presidente da mesa leu os últimos parágrafos da moção relativa ao 1º de Maio, apresentada pela Bancada do PS, a pedido da membro Inês Aguiar.

A membro Anabela Costa interveio, para referir que se tem que defender o 1º de Maio, que representa os trabalhadores e a luta destes, a membro diz, " se querem partidizar a luta dos trabalhadores, ...não sei se o PS está com os trabalhadores, agora o PCP está e a CDU defende os trabalhadores e a luta dos trabalhadores."

O membro Paulo Espírito Santo interveio, começando por dizer, para existir trabalhadores tem que existir quem empregue, para haver trabalho tem que haver quem pague esse trabalho, tem que existir empresas.

Referiu, “ andamos num dilema da procura e da oferta, porque pode haver muita procura e não haver oferta, e estamos numa situação de desemprego.”

O membro João de Brito interveio, “ no que diz respeito às moções, eu estar a memorizar uma moção de quatro ou cinco páginas, não é fácil porque é lida muito rapidamente, e não é fácil poder discuti-la com convicção.” Sugeriu, que as moções fossem entregues a todos os membros para poderem ler e visualizar, para poderem votar em consciência independentemente da moção.

O membro Pedro Gaspar interveio, dizendo “ o que queríamos atingir a nível democrático está a ser atingido, que é a discussão das moções, e tendo visões diferentes, não vale a pena estarmos a votar duas coisas sobre o mesmo tema.

Em termos de conteúdo, a bancada do PS não estará de acordo, relativamente à moção do 1º de Maio da bancada da CDU, e vice-versa.”

O membro Pedro Gaspar referiu que, a bancada do PS, tentou que a moção referente ao 1º de Maio, “ fosse a mais apegada possível daquilo que é o contexto nacional político e o contexto local político. Por vezes queremos ler coisas não estão lá escritas, a bancada da CDU, pediu para ler o parágrafo que fala da Autarquia, e nós lemos, diz assim: “- Esta tem sido, inquestionavelmente, a política seguida pela nossa Autarquia.” A nossa Autarquia nasceu quando o 25 de Abril, isto não é nenhum exclusivo do Partido Socialista, a criação de zonas industriais, não é um exclusivo do partido Socialista, nem o Partido Socialista afirma, em lado algum, que traz esta moção, para ser discutido o seu papel, que foi na nossa opinião, papel fundamental para a sua revitalização e para a atracção de empresas e de emprego, isso é a nossa opinião, concerteza que os nossos adversários políticos terão outra, mas não está vincado em lado algum, só está vincado o papel da nossa, que se pode também transpor para outras Autarquias, aquilo que são a importância das Zonas Industriais e a criação de emprego, e com a criação de emprego a qualidade de vida das pessoas/trabalhadores.”

Finalizou a sua intervenção dizendo que havendo o mesmo tema, as moções devem ser votadas em alternância.

O Presidente da mesa decidiu que as duas moções, apesar de terem conteúdos diferentes, iriam ser votadas em alternância.

O Presidente da mesa colocou à votação, a Moção nº1, sobre o 25 de Abril, foi aprovada com 9 votos a favor (maioria), 5 abstenções e 2 votos contra.

O membro João Osório interveio, para fazer declaração de voto, dizendo que cada moção tem o seu conteúdo político, como não se identifica com a referida moção, votou contra.

O Presidente da mesa colocou à votação, a Moção nº1, sobre o 1º de Maio, foi aprovada com 8 votos a favor, 4 votos contra e 3 abstenções.

A membro Anabela Costa interveio, para fazer declaração de voto, dizendo não se identificar com a moção acima referida, " o momento é de luta, isso não está explícito na moção, é uma moção completamente vaga, por isso votei contra."

O membro João de Brito interveio, para fazer declaração de voto, dizendo que, apesar de estar, totalmente, de acordo com o 25 de Abril e com o 1º de Maio, absteve-se pelos motivos referidos na sua intervenção anterior.

A membro Inês Aguiar interveio, para perguntar, de novo, quais os custos envolvidos nos processos em Tribunal.

A membro Inês Aguiar fez referência, à informação escrita pelo Senhor Presidente da Câmara, que foi entregue aos membros da Assembleia, " vi aqui na página três, que no passado dia 15 de Abril, o Senhor Presidente da Câmara teve uma reunião com o Senhor Ministro da Administração Interna, isto fez-me lembrar, que há mais de um ano, foi decidido, aqui, nesta Assembleia Municipal, que iria ser solicitado uma Audiência ao Senhor Ministro da Administração Interna, com quem o Senhor Presidente da Câmara reuniu este mês, e desde essa altura até agora, continuamos a aguardar a data para essa Audiência."

A membro Inês Aguiar fez referência à última Assembleia Municipal que decorreu em 29 de Fevereiro de 2008, mais concretamente ao último ponto da ordem de trabalhos, onde mencionou que, " foi apresentada uma moção, pela minha bancada, que no entendimento, de alguns membros da bancada do PS e tolerada pela Senhora Presidente da mesa, acharam que não seria de votar, com base no Regimento da Assembleia

Municipal, o art.º 19 n.º 3, que diz o seguinte, refere-se ao Período da Ordem do Dia, ...”

A membro Inês Aguiar passou a ler o art.º acima referido.

Após ter lido o art.º19, a membro mencionou, “não me lembro da bancada da CDU ter solicitado, em momento algum, a inclusão de uma proposta que não constava na Ordem do Dia, foi uma moção no âmbito de um dos pontos da ordem de trabalhos, tinha sido incluído, por solicitação da CDU, mas foi aceite e foi incluído na ordem de trabalhos, não percebo como é que fizeram a leitura deste art.º, para tomar aquela decisão.”

A membro Inês Aguiar mencionou outra situação, para poder comparar,” vejo na Acta n.º 9 de 27 de Dezembro de 2006, nessa altura foi solicitada a inclusão, de um novo ponto na ordem de trabalhos, não constavam e foi solicitado, que têm a ver com a apreciação e votação de uma Adenda ao Protocolo para a construção de uma unidade fabril no Parque Industrial de Alpiarça. Na altura foi posta à consideração, se podia incluir ou não, a Presidente da mesa, diz que sim, que é incluído, e o meu camarada João Osório pergunta, se a introdução do ponto estava aceite ou não, a Presidente da mesa respondeu que uma vez que duas bancadas aceitaram, então o ponto tinha sido incluído. Ao que o meu camarada pergunta, - é uma aceitação tácita? e a Senhora Presidente responde, - não se trata de uma decisão tácita, pois existem 10 pessoas representadas pelos respectivos líderes de bancada que aceitaram a inclusão e discussão deste ponto.”

Pondo estas duas situações a membro questiona sobre a dualidade de critérios, face às decisões.

O membro João de Brito interveio, para esclarecer que a intervenção (discurso) que foi feita na Sessão do 25 de Abril, por parte da bancada do PSD, não teve nenhuma intervenção dos órgãos Nacionais ou Distritais do Partido, acrescentando, “temos autonomia para agir individualmente, foi isso que fizemos e creio que dignificámos a nossa intervenção e dignificámos o 25 de Abril.”

A membro Vitória de Brito interveio, começando por saudar as crianças e os jovens que participaram na Assembleia do Futuro.

Comentou o discurso do membro Fernando Ramalho, mencionando, “quando foi inventada esta modalidade da Assembleia do Futuro, lembro-me que o Partido Socialista e a mesa da Assembleia Municipal, ficaram

indignados com o discurso da CDU e do PSD, lembro-me que na altura um dos eleitos do PS limitou-se a gritar ao microfone, - viva o 25 de Abril, e fomos criticados por não respeitarmos as crianças, por não respeitarmos a Sessão Solene, uma série de coisas. Se eu fosse uma mera espectadora na Assembleia Municipal, no dia 24 de Abril, pensava que o Senhor Ramalho fosse eleito da CDU, não pelo discurso, mas pelo desrespeito pelas crianças, pelo tempo que levou no seu discurso, quando a Presidente da mesa destinou cinco minutos a cada bancada, mas nunca foi interrompido..."Assinalou uma frase popular, "quando não os consegues vencer, junta-te a eles."

Saudou, também, as crianças que estiveram presentes no dia 25 de Abril, à tarde.

A membro Vitória de Brito perguntou qual tinha sido o critério para a escolha das crianças, para a Assembleia do Futuro e qual tinha sido o critério utilizado para a escolha das crianças, para a ida à Assembleia da Republica e dos jovens para o Parlamento Europeu.

Perguntou então, "o que é que se vai fazer em relação às crianças e aos jovens que vão ficar de fora, visto que, não tiveram a sorte de serem escolhidas para a Assembleia do Futuro."

A membro Leonor Tendeiro interveio, para colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente à reunião, onde esteve presente, no dia 15 de Abril de 2008, com o Senhor Ministro da Administração Interna, a membro solicitou alguns esclarecimentos do seu teor.

Perguntou também, "se além de todas as diligências, anteriormente efectuadas, poderá ter algumas respostas, em relação aos pedidos feitos por, Sua Excelência o Senhor Presidente, em relação às forças da ordem para o nosso Concelho."

O membro Celestino Brasileiro interveio, em primeiro lugar para fazer uma sugestão ao Executivo da Câmara Municipal, que seria, na medida do possível, fazer um passeio pedonal que ligasse Alpiarça ao Cemitério e outro que ligasse o Casalinho ao Cemitério, pelo facto de muitas pessoas se deslocarem, a pé, para o Cemitério, como não têm passeio têm que utilizar a estrada para fazer o seu percurso.

Colocou uma questão relativamente à obra do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola E B 2/3 de Alpiarça, que segundo o membro, apresenta vários erros de construção, tais como, "infiltrações de água

para o seu interior, onde existem também, fendas com alguma dimensão nas paredes, o sistema de iluminação não me parece o mais correcto, uma vez que há peças dos candeeiros, que caem para o chão.”

Perguntou se a Câmara Municipal tinha conhecimento destas situações, se tinha tomado algumas medidas, ou se iria tomar, em relação a esta obra, pois o período de garantia iria terminar no próximo ano.

Para finalizar o membro Celestino Brasileiro fez uma congratulação pelo facto do Monumento do Cravo já estar iluminado dizendo, “ por último gostaria de me congratular pela iluminação do cravo, finalmente, e depois de várias vezes a bancada da CDU ter levantado esta questão, aqui na Assembleia, o cravo está iluminado, é um monumento que merecia essa reparação e ficámos satisfeitos com isso.”

O membro João Osório antes de começar a sua intervenção, propriamente dita, comentou,“ o Senhor Presidente da mesa teria que, antes de fazer, a pedido de inscrição, gerir o tempo e depois distribui-lo quantitativamente, neste momento está a prejudicar, na minha opinião, e o Senhor é o Presidente da mesa, saberá o que deverá fazer, impossibilitar a minha camarada, e eu, neste momento, a representar a bancada, não aceito, de bom tom, essa impossibilidade, porque o Senhor devia ter levantado a situação logo no princípio, como não o fez, acho que a bancada da CDU fica prejudicada.”

Questionou sobre o arranjo das ruas de Alpiarça, que estão em mau estado e sem manutenção, e fez referência à Rua Conselheiro Figueiredo Leal.

Falou sobre a Comissão do P.D.M. “ há mais de um ano que esta situação foi aprovada e a mesa nunca mais dá posse a esta Comissão.”

Falou sobre outra situação, relacionada com a Comemoração do 25 de Abril, “eu fiquei estupefacto, ver numa Comemoração do 25 de Abri, ser citado Adolfo Hitler, o homem que mais gente matou no último século, é inadmissível, na Comemoração do dia da Liberdade, o dia 25 de Abril, eu fiquei completamente indignado.”

O membro Pedro Gaspar interveio, fazendo referência à intervenção da membro Inês Aguiar, “a membro Inês Aguiar abordou, pelo menos uma questão de violação, ou possível violação do Regimento da Assembleia, por parte da Presidente da Assembleia Municipal, assim como fez uma acusação de dualidade de critérios, por parte da mesma Presidente. Eu

pretendo que esta acusação, que vai ficar registada em acta, tenha uma forma, pretendo saber se tem, não pretendo que tenha, por duas razões, a primeira porque são duas acusações graves, e a bancada da CDU, ou o membro que as proferiu, deve transformá-las em algo mais substancial, para que a própria Assembleia possa analisar, porque é uma questão grave, se houve violação do nosso Regimento, e se há dualidade de critérios por parte da Presidente da mesa, é importante que a Assembleia possa discutir isto seriamente, são acusações muito graves, que estão a ser feitas nesta Câmara.”

Relativamente à ética política o membro disse, “ não me envolvo com a ética política de cada membro desta Assembleia. ”

Dirigindo-se ao membro João de Brito, referiu, “a minha leitura sobre directrizes nacionais é diametralmente oposta da sua, directrizes nacionais é a matriz política de um partido, e todos os partidos têm uma matriz política, se leu o princípio do parágrafo, saberá que, o que se pretendia fazer era um exercício puramente especulativo como lá está bem escrito, se isso condicionou o seu discurso eu lamento, mas é um ónus que só lhe cabe a si, não me cabe a mim porque eu não condiciono o discurso de ninguém, isto para dizer, também, que a nossa liberdade acaba quando começa a dos outros, mas, Abril também nos trouxe a liberdade de escrevermos ser sermos presos, criticados, torturados, massacrados, tudo o que os Senhores conheceram, muito vos admiro por isso, toda a gente dos vários quadrantes políticos, que abraçou essa luta e que sofreu esses horrores da censura na pele, porque é exactamente isso, e é mesmo por isso, que nós temos a liberdade de falar aqui, de escrever nos órgãos de comunicação social, assinando aquilo que devemos assinar como sendo escrita nossa.

Tenho de lhe dizer frontalmente, que se houve alguma ofensa, foi o que o Senhor me fez a mim a alguns minutos atrás, quando disse: - pelo menos é ele que assina, sou eu que assino, Senhor João de Brito.”

O membro Paulo Espírito Santo interveio, falando por tópicos, começou por dizer, “ Eu sou membro desta Assembleia Municipal de Alpiarça, há quinze anos, na altura era Presidente da mesa da Assembleia, o Senhor Dr. Armindo Pinhão, foi-lhe colocada a situação de como nós deveríamos ser tratados, o Senhor Presidente, na altura contactou a Associação Nacional de Municípios, que lhe deu a informação que nós deveríamos ser tratados por membros ou eleitos, e daí para cá, aqui nesta Assembleia, nunca fui outra coisa.

Relativamente à Comissão do 25 de Abril que determinou o critério para a escolha das crianças que iriam fazer a Assembleia do Futuro, esse critério foi acordado pelos membros que faziam parte dessa Comissão, comissão essa, da qual a CDU, se auto excluiu, razão pela qual não encontro legitimidade moral para essa questão ser colocada.

Relativamente ao comentário do membro Fernando Ramalho referiu, “ quanto a nós termos feito uma intervenção no 25 de Abril, de há três anos, e agora termos alterado, a questão é tão simples quanto esta, nós tínhamos um pré entendimento entre as três forças, de que iríamos fazer uma saudação mínima, a CDU demonstrou que não era dessa opinião, nós mantivemos o nosso ponto de vista, e nessa reunião, nessa Assembleia do 25 de Abril, fizemos uma demonstração da posição daquilo que nós achávamos que deveria de ser, achávamos que deveríamos dar o protagonismo para os jovens, posteriormente todas as outras forças começaram a fazer de outra maneira, e nós admitimos, se calhar somos nós que estamos mal, e vamos utilizar o 25 de Abril, como todas as outras forças têm feito, fazer politica, também, no 25 de Abril, quando esta data não deve ser politizada deve ser é popularizada.”

A membro Fátima Rodrigues interveio, para esclarecer que a linguagem das crianças da Assembleia do Futuro era muito própria e que ninguém tinha influenciado as crianças a utilizarem alguns termos pomposos.

Relativamente à selecção das crianças, a membro esclareceu, “ foi feito um convite, numa reunião de Associação de Pais, aos pais representantes das turmas do 4º Ano, foi a partir daí que surgiu o nome daqueles meninos, não houve nenhuma escolha especifica dos meninos.”

O membro Carlos Cotrim interveio, para confirmar o que foi dito pela membro Fátima Rodrigues, simplesmente realçou que as crianças poderiam vir de casa com a lição sabida.

O membro Fernando Ramalho interveio, começando por dizer, “sinto-me um pouco constrangido e ofendido com o que foi dito nesta Assembleia, em primeiro lugar não tenho veleidade de vir para aqui fazer comentários sobre o discurso, que qualquer das bancadas fez, e muito teria a dizer sobre o discurso da CDU, isto é a minha forma de entender a liberdade, cada um pode tirar as elações que quiser.

Eu, soube que os jovens que iam estar presentes, eram alunos do 12º Ano, e achei, no meu critério, achei que o discurso do 25 de Abril, poderia ter abordado outros assuntos, uma vez que estavam jovens do

12º Ano, e disse aquilo que eu entendo sobre liberdade e sobre o percurso da liberdade neste nosso século e da maneira como eu entendo a liberdade, se a CDU não concorda com o entendimento que eu tenho da liberdade, o que assistimos aqui, penso que é uma técnica, que tem a ver com a deturpação daquilo que os outros dizem. Eu não me admiraria nada, que amanhã, corre-se em Alpiarça, em certos meios, que o membro Fernando Ramalho, foi para a Sessão do 25 de Abril elogiar Adolfo Hitler, pelo que disse o membro Osório, não me admiraria que isto estivesse a correr.”

Esclareceu que na intervenção que fez, na Sessão da Assembleia Municipal do 25 de Abril, não houve nenhum elogio a Adolfo Hitler, o que tinha dito estava escrito, e tinha sido entregue na mesa da Assembleia, quem quisesse consultar o documento poderia fazê-lo, a citação que estava de Adolfo Hitler, vinha dentro de um contexto de análise dos dois momentos do século, que entendeu, que mais atentaram contra as liberdades, que estavam lá referenciados.

Referiu ainda, “quanto à questão do tempo usado, é evidente que a Senhora Presidente era livre de cortar a palavra, caso entendesse se estava a exceder o tempo, eu não tive essa preocupação, também não contei o tempo que a bancada da CDU teve para usar da palavra, penso que foram mais que os cinco minutos, mas como não contei o tempo, não o posso afirmar com certeza.

A última questão que eu tinha aqui, já foi explicada, sobre as crianças que participaram na Assembleia do Futuro do dia 25 de Abril, eu gostaria muito de saber qual era o Professor ou quem foi o instrutor das crianças que queriam um McDonald's em Alpiarça, também gostaria saber quem era o instrutor que queria uma pista de patins. Quem ouviu aquelas crianças, sabe perfeitamente que o que elas disseram, não foi redigido, não foi corrido por ninguém, aquilo é linguagem das crianças, parece-me que isso foi evidente, se a CDU quer aqui levantar mais uma nuvem, mais uma poeira, é livre de o fazer.”

A membro Anabela Costa interveio, comentando que considerava a Assembleia do Futuro um modelo “esgotado”, então disse, “eu também gostava de falar sobre a Assembleia do Futuro, à semelhança do que disse aqui, o ano passado, eu considero que este modelo está esgotado...”

Comentou, ainda, “segundo a intervenção do nosso colega do PS, Fernando Ramalho, eu não me admira que vão para o 25 de Abril, comemorar o 25 de Novembro, agora comparar marxismo, a nazismo...”

A membro Anabela Costa, referiu uma situação, “ eu a 24 do nove, em nome da minha bancada, escrevi uma carta à Presidente da Assembleia Municipal, a solicitar alguns elementos sobre a prestação de contas da Feira da Alpiagra, tenho vindo a perguntar esta situação, por várias vezes, mas disse-me que não era possível.” Solicitou uma resposta para a sua questão.

O membro Fernando Ramalho interveio, dirigindo-se à membro Anabela Costa, dizendo, “ sobre aquilo que disse, terei muito gosto em fazer chegar, à cara colega Anabela, se ela mo solicitar, uma lista enorme de bibliografia sobre história das ideias, para ver quem é que defende aquilo que eu próprio entendo que aconteceu.”

O membro Paulo Espírito Santo interveio, em defesa da honra da bancada do PS, dizendo não ser o local apropriado para se discutir conceitos de política, e que se devia respeitar os assuntos debatidos.

O Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, para responder às questões que lhe foram colocadas, mas antes do Senhor Presidente da Câmara começar a falar, o Senhor Presidente da mesa da Assembleia expressou as melhores do membro Mário Peixinho, dizendo, “eu queria em primeiro lugar dizer, e peço desculpa por não ter expressado isto no principio da Assembleia, queria expressar aqui, as melhoras do nosso colega Mário Peixinho, faço votos, em nome dos meus colegas de mesa, que ele volte para o pé de nós o mais rápido possível.”

De seguida deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

Relativamente ao teor da reunião que decorreu no dia 15 de Abril de 2008, com o Senhor Ministro da Administração Interna, o Senhor Presidente da Câmara informou, que se falou dos acontecimentos diversos, como a falta de segurança em Alpiarça, onde o Senhor Ministro foi sensível à situação, comprometendo-se, mesmo havendo limitação de meios humanos, que o quartel da GNR de Alpiarça, seria reforçado, até ao final do mês de Maio, com mais sete elementos.

Na referida reunião, também foi debatido outro aspecto, que se prendeu com a construção do quartel da GNR, qual o ponto da situação,

e se continuaria o esforço do Ministério para a construção do quartel poder avançar rapidamente.

Relativamente às questões colocadas pelo membro Celestino Brasileiro, concretamente ao passeio pedonal, a fazer a ligação da população do Casalinho e de Alpiarça ao Cemitério, o Senhor Presidente informou que dariam prioridade à situação conforme as possibilidades.

Relativamente às questões colocadas pelo membro João Osório, mais concretamente à Rua Conselheiro Figueiredo Leal, o Senhor Presidente informou que está em processo de orçamento, para concurso público.

Relativamente à questão colocada pela membro Inês Aguiar, sobre os custos com os processos em Tribunal, o Senhor Presidente informou que já tinha enviado essa informação à Senhora Presidente da Assembleia Municipal.

A membro Leonor Tendeiro interveio, para dizer que ficou uma questão por responder, e perguntou, " eu quando falei sobre a reunião com o Ministro da Administração Interna, como estava acordado, acertado há mais de um ano, a marcação da audiência, eu não sei se os membros da bancada do PS foram convidados, se não foram convidados, ou se não quiseram, não sei em relação à bancada do PSD se foram ou não, nós não fomos convidados, não fomos avisados e não fomos à reunião. Queria saber o que é que se passa."

O membro Celestino Brasileiro interveio, para dizer que, fazendo parte do Conselho Municipal de Segurança, na última reunião que tiveram, mandataram o Senhor Presidente da Câmara, para junto do Senhor Ministro da Administração Interna tratar do assunto acima referido, mencionou ainda que a Comissão deu plenos poderes ao Senhor Presidente para se ocupar dessa situação. Realçou que, "queria confirmar que, nós, na Comissão votámos, por unanimidade, que fizesse essa reunião com o Senhor Ministro da Administração Interna."

A Senhora Vereadora Vanda Nunes interveio, para esclarecer que todas as contas da Alpiagra de 2007 foram publicadas no Boletim Municipal.

O Senhor Vereador Ferreirinha interveio, para responder às questões colocadas sobre o Pavilhão Gimnodesportivo, esclarecendo que o Empreiteiro já tinha sido alertado para essa situação, já tinha estado no local, a averiguar a situação para solucionar o problema.

Relativamente à iluminação, o Senhor Vereador esclareceu que é uma deficiência do Projecto, as luminárias não terem protecção, a situação iria ser resolvida o mais breve possível.

A Senhora Vereadora Vanda Nunes interveio, para se dirigir à Senhora Manuela Neves, Chefe de Divisão da Câmara Municipal de Alpiarça, dizendo, " ao longo de todas estas Assembleias Municipais, em que eu tenho participado e todas as pessoas, ao longo destes anos, que por aqui têm passado, há a presença, sempre da Senhora Manuela Neves, nossa Chefe de Divisão, eu gostaria só dizer-vos que amanhã é o último dia de trabalho, pelo menos um trabalho com este vínculo profissional à Câmara Municipal de Alpiarça, porque vai entrar em tempo de descanso e de aposentação. É uma dedicação enorme à Câmara de Alpiarça..., um bem-haja para si, D. Manuela, e a partir de agora muitos bons momentos."

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto número um – Informação escrita, apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Não houve intervenções.

Ponto número dois – Derrama para o Ano de 2009.

A membro Anabela Costa interveio, dizendo que a bancada da CDU tinha algumas considerações a fazer, relativamente à derrama, para as pessoas colectivas, que não ultrapassem o valor de cento e cinquenta mil Euros, a membro sugeriu que, a Autarquia poderia ter aplicado uma taxa zero, para dar incentivo aos pequenos e médios empresários, pois estão a atravessar dificuldades económicas.

O Presidente da mesa colocou à votação o ponto dois, foi aprovado por maioria, com 10 votos a favor e 6 votos contra.

A membro Anabela Costa interveio, para fazer declaração de voto em nome da bancada da CDU, então leu, "Considerando que, o financiamento deva ser encarado como um meio e não um fim da acção dos Municípios, aos quais cabe a missão das políticas em prol do desenvolvimento local e da qualidade de vida dos cidadãos, considerando que afixação da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas em IRC, deve ter em conta a promoção do investimento, em particular das pequenas e médias

empresas, considerando que a não aplicação de derrama, ou seja, uma taxa zero, para sujeitos passivos com volume de negócios que não ultrapasse os cento e cinquenta mil Euros, no ano anterior, não iria afectar Orçamento Camarário. Os eleitos da CDU, nesta Assembleia, votaram contra a proposta de afixação da derrama para 2009, porque entendemos, que face às dificuldades, que os pequenos e médios empresários, no nosso Concelho, estão a atravessar, esta medida ser aplicada, agrava a sua situação e não reconhece o esforço dos empresários no desenvolvimento e na promoção ao investimento do Concelho.”

Ponto número três – Lei nº 5/2004, de 10 Fevereiro – Lei das Comunicações Electrónicas – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Valor Percentual para o ano de 2009.

A membro Inês Aguiar interveio, para dizer que não concorda que a Taxa seja cobrada ao consumidor final e não às Empresas de Telecomunicações, sendo a taxa máxima a opção escolhida.

O membro Paulo Espírito Santo interveio, para esclarecer que a Taxa acima referida, não é uma taxa lançada, directamente, sobre o consumidor, é lançada sobre as entidades que passam no Concelho, depois estas, estipulam uma taxa de acordo com o seu tarifário.

O Presidente da mesa colocou à votação o ponto três, foi aprovado por maioria, com 9 votos a favor, 5 votos contra e 2 abstenções.

Ponto número quatro – Taxa do Imposto Municipal sobre imóveis (IMI) – Dec-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, na redacção dada pela Lei nº 21/2006, de 23 de Junho e Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro.

O membro João Osório interveio, dizendo que a bancada da CDU achava que estas taxas são gravíssimas, é a taxa que está a penalizar quem menos tem, são taxas que deveriam ser intermédias. O membro afirma que deveriam ser as Câmaras Municipais, a sugerir a criação de uma tabela, no sentido de que a cobrança não fosse superior àquela que existia quando era o Imposto da Contribuição Autárquica.

Fez referência ao art.º13, que diz, que a Câmara Municipal tem até 30 de Novembro, que comunicar a aplicação das taxas, questionou a situação, pelo facto de ainda faltar algum tempo até Novembro.

O membro Fernando Ramalho interveio, para perguntar se houve um aumento das receitas, a quando da mudança do Imposto de Contribuição Autárquica para a Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis.

O Presidente da Câmara Municipal interveio, para esclarecer a dúvida do membro Fernando Ramalho, confirmando que houve um +aumento nas receitas.

O Presidente da mesa colocou à votação o ponto quatro, foi aprovado por maioria, com 8 votos a favor, 7 votos contra e 1 abstenção.

Ponto número cinco – Documentos de Prestação de Contas - Ano de 2007.

O membro João Osório interveio, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, sugeriu que fosse feita uma exposição do documento acima referido.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que não se iria pronunciar.

O membro Paulo Espírito Santo interveio, para se pronunciar sobre o relatório de gestão de 2007, documento que foi distribuído pelos membros da Assembleia Municipal.

O membro Paulo Espírito Santo felicitou e elogiou a Autarquia como a gestão de contas foi feita no ano de 2007.

O membro colocou uma questão relacionada com o movimento dos autocarros Municipais, perguntando, se os km's registados no documento, incluía o transporte escolar diário, ou só eram as visitas de estudo.

O membro Paulo Espírito Santo comentou também, " o Jornal Ribatejo atribui prémio Cultura à Casa dos Patudos, deveriam ser todos os Jornais do Ribatejo a fazê-lo pelo trabalho meritório que se está a fazer junto à Casa dos Patudos."

O membro João Osório interveio, para dizer estar descontente com as contas da Autarquia, e a maneira como é gerido o orçamento.

O membro Carlos Cotrim interveio, fazendo referência ao documento técnico, dizendo que quando se vota contra um documento, neste caso o documento acima referido, tem que se dizer porquê.

O Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio, para confirmar que os documentos técnicos suportam a apreciação política, não podendo ser de outra forma, sendo assim em todo o lado.

De seguida o Senhor Presidente da Câmara fez uma pequena exposição dos valores entre os anos de 1997 e 2007, mencionando, ...” em 1997 o investimento da Câmara Municipal de Alpiarça foi de novecentos e trinta e cinco mil Euros, somando o investimento realizado de 1998 a 2007, ele totaliza quarenta e um milhões trezentos e sessenta e seis mil seiscentos e oitenta e três Euros. E requer no caso das dívidas, em 1998 no dia 5 de Janeiro, o endividamento da Câmara, era quatro milhões cento e dezanove mil novecentos e trinta e seis Euros, suportado em certidões da Repartição de Finanças e da Segurança Social, hoje esse endividamento é de seis milhões trezentos e sessenta e sete mil quinhentos e vinte e um Euros, ou seja, cresceu neste período, dois milhões duzentos e cinquenta e sete mil quinhentos e oitenta e cinco Euros e foram investidos, quarenta e um milhões trezentos e sessenta e seis mil seiscentos e oitenta e três Euros.”

O Presidente da mesa colocou à votação o ponto nº5, foi aprovado por maioria, com 8 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.

O membro João de Brito interveio, para fazer declaração de voto, referente ao ponto número cinco, dizendo que como é um documento muito extenso, e é um documento técnico, que carece de conhecimentos muito práticos e de grande profissionalismo, não os tendo, segundo o membro, absteve-se na votação.

Ponto número seis – Moção enviada pela Assembleia Distrital de Santarém, referente à Colónia Balnear da Nazaré.

O Presidente da mesa colocou à votação o ponto nº6, foi aprovado por unanimidade.

Ponto número sete – Proposta de Permuta de propriedades entre a Câmara Municipal de Alpiarça e a Agroalpiarça C.I.P.R.L.

O Presidente da mesa colocou à votação o ponto nº7, foi aprovado por unanimidade, com 8 votos a favor, 1 voto contra e 7 abstenções.

PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Nesta Assembleia Municipal não houve intervenções

A membro Fátima Rodrigues leu a minuta da Acta, não havendo intervenções, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente da mesa encerrada a Sessão da qual se redigiu a presente Acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente_____

1º Secretário_____

2º Secretário_____

